

30 ANOS DE LUTAS ECOLOGISTAS 1982 - 2012



PEV  osverdes.pt

30 ANOS
DE LUTAS
ECOLOGISTAS
1982 - 2012



Partido Ecologista Os Verdes



30 ANOS DE LUTAS ECOLOGISTAS 1982 - 2012

© Os Verdes promovem um passeio em defesa do Rio Bestança, no distrito de Viseu, Junho 2005.

PEV  osverdes.pt

Partido Ecologista Os Verdes

Edição e propriedade
Partido Ecologista Os Verdes
Sede Nacional:
Rua Borges Carneiro, nº 38, R/C Esq.
1200-619 Lisboa
Tel: 213 960 291 · Fax: 213 960 424
E-mail: pev@osverdes.pt

Direcção de arte
António Bajanca

Design e paginação
Bajanca Design

Impressão e acabamento
Alínea Seguinte

Depósito Legal: N.º 352583/12
Número de Exemplares: 1.000

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 6 |
| Sustentabilidade do desenvolvimento | 10 |
| Fomentar a participação e a democracia | 12 |
| Stop às alterações climáticas | 15 |
| Pelo comboio é que vamos - a linha ferroviária do Tua e o famigerado Programa Nacional de Barragens | 18 |
| Noites Verdes por Foz Côa | 22 |
| Vamos pedalar pelas pistas | 25 |
| SOS Natureza | 26 |
| Marcha Nacional pela Gestão Pública da Água | 28 |
| Produzir Nacional, Consumir Local | 30 |
| A invasão do Eucalipto | 33 |
| Tribunal popular pelo Alviela | 35 |
| A luta contra a incineração dedicada e a co-incineração | 36 |
| Bandeiras negras na zona costeira contra passagem de navios com plutónio | 38 |
| Em ação pela segurança alimentar | 40 |
| Uma Pomba Branca na Assembleia da República | 41 |
| Legislação com marca ecologista | 42 |
| Debate, formação e decisões participativas | 45 |
| A Ecojovem | 48 |
| Plataformas Verdes Internacionais | 50 |
| Um mundo de PAZ | 53 |
| Na Vanguarda da LUTA | 54 |
| Os Verdes em Imagens | 56 |
| Cronologia Seleccionada | 61 |

30 ANOS **DE LUTAS** **ECOLOGISTAS** **1982 - 2012**

” **O Partido Ecologista Os Verdes é hoje, reconhecidamente, um influente partido político português, com um vasto e consolidado património de luta. Ao longo destes 30 anos de existência, os Verdes cresceram e amadureceram mantendo uma estreita proximidade com as populações, com os movimentos e organizações, com os problemas concretos, num contacto intenso com a realidade do país em que vivemos. Esta estreita ligação tem sido fundamental para a ação do PEV e bem caracteriza uma forma dedicada, conhecedora e leal de viver e fazer política.**

Uma estreita interação que assenta em princípios de respeito e de valorização da Natureza, das sociedades e dos povos, na certeza de que os recursos ambientais e todo o património natural são determinantes para todas as formas de vida e para a salvaguarda do Planeta; na certeza de que as sociedades se devem organizar com base na dignidade dos seres humanos e na promoção de igualdades crescentes; e na certeza de que a participação dos cidadãos e das populações é determinante para a sustentabilidade ambiental e social em qualquer parte do mundo.

Os Verdes têm estado na vanguarda da luta por uma sociedade mais justa, inclusiva e ecologicamente sustentável. Os Verdes são um Partido em permanente procura de soluções e de propostas para os desafios colocados pelos conflitos e adversidades resultantes da convivência humana e da sua integração no meio. Um Partido com propostas de alternativas face às crises e falências resultantes de modelos de crescimento assentes na individualização das sociedades, na exploração desenfreada dos recursos naturais, na subjugação desses recursos, e também da generalidade das pessoas e do interesse coletivo, ao interesse dos grandes grupos económicos e financeiros, e na muito injusta distribuição de riqueza que vem aprofundando o fosso entre os mais ricos e os mais pobres.



© Os Verdes visitam a zona da Costa da Caparica afetada pela rápida erosão do mar. Janeiro 2007.



© Os Verdes em Conferência de Imprensa.

A vontade de contribuir para a construção de um Portugal soberano, capaz de decidir sobre o seu futuro, determinado em ganhar uma adequada auto-suficiência por via de uma aposta de relocalização de consumos e de produção em diversos domínios, e consciente da necessidade de equilíbrio ecológico, tem sido um farol orientador do PEV, cuja ação tem conjugado a necessidade de preservar os valores naturais com a defesa e a dinamização do património cultural e com a importância de assegurar e intensificar direitos sociais.

Nesta permanente busca de propostas, de alternativas e de soluções, os Verdes acumularam um património de lutas que, ao longo dos 30 anos da sua existência, contribuiu para a formação da consciência ecológica, dinamizando e fortalecendo o movimento ecologista em Portugal.

Esse património de ação assume-se continuamente no dia-a-dia, numa persistente dinamização dos coletivos regionais dos Verdes e da sua interação com os meios locais, numa forte intervenção dos eleitos do PEV nas autarquias locais, num intenso envolvimento dos órgãos de direção deste Partido com a realidade nacional deste Partido com a realidade nacional e internacional, e também num trabalho enérgico dos eleitos do PEV na Assembleia da República. O melhor reconhecimento do valor desta intervenção resulta de uma permanente procura do PEV, por parte de cidadãos, de populações, de movimentos, de associações, de entidades, para que sejamos porta-vozes dos seus problemas, procuradores de soluções e criadores de alternativas. O PEV é hoje reconhecido como um dos principais atores da luta ecologista e ambiental em Portugal. É inegável o seu reconhecimento na sociedade, como inegável é a importância da sua ação diária e a sua presença constante no Portugal real, quantas vezes causando um incómodo manifesto aos poderes instalados, mas sempre conscientes da utilidade de nos constituirmos como força mobilizadora de uma sociedade onde impere a justiça, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e o profundo respeito pelo meio natural que nos acolhe e nos gera o privilégio de coexistirmos com tantas e tantas formas de vida.

O objetivo desta publicação não é o de retratar minuciosa e detalhadamente todas as iniciativas, todas as ações, todas as intervenções feitas pelos Verdes em 30 anos, coisa que manifestamente seria impossível inscrever numa publicação, pela imensidão de trabalho realizado. Esta publicação dará então conta, a título exemplificativo, de algumas daquelas ações que se tornaram marcas e bandeiras de intensa ação do PEV, envolvendo diversas dimensões e escalas de intervenção, nestes últimos 30 anos. São exemplos que, de entre tantos outros, demonstram que construímos um projeto de sociedade que garanta o bem-estar das populações, a valorização do património ambiental e cultural, uma economia geradora de justiça social e ambiental.

Assinalar os 30 anos do PEV não é, contudo, olhar apenas para trás. É lançar também uma visão sobre o futuro, sobre a necessidade de gerarmos progresso com sustentabilidade neste país e neste mundo, de alterarmos paradigmas económicos e financeiros que delapidam as dimensões social e ambiental, e de enveredarmos por um modelo de sociedade que gere um verdadeiro desenvolvimento, que sirva a todas as dimensões de vida e a todos os seres humanos, num profundo respeito pelos povos e pelas suas soberanias. Os Verdes farão sempre parte dessa solução.

© Os Verdes colocam marco Sos Natureza em Riba de Ave. Famalicão, Abril de 1994.



Sustentabilidade do desenvolvimento

” As sociedades que se moldam centradas na aniquilação da intervenção do Estado (seja por via da privatização de setores fundamentais para o desenvolvimento, seja pelo corte feroz e cego em funções determinantes para o progresso) são sociedades que promovem o fomento de desigualdades entre os seus membros e centram privilégios em quem tem grande poder económico, retirando direitos aos que não o têm, quantas vezes à custa do alargamento da bolsa de pobreza e da exploração, para sustentar um cíclico sistema de concentração de riqueza em quem já a detém abundantemente.



© Os Verdes fazem campanha em favor da Regionalização do País, no referendo de 1998.

A luta pelo desenvolvimento é necessariamente uma luta séria contra a pobreza e a favor de uma mais justa distribuição de riqueza, designadamente através de um sistema fiscal que tribute as pessoas, individuais e coletivas, em função da sua real capacidade de contribuição e detenção de riqueza, bem como através de níveis salariais e de pensões que permitam uma vida com dignidade e também uma dinamização económica capaz de gerar riqueza num país, suportada por valores de racionalização de uso de recursos naturais, que permitam a sua regeneração e a qualidade do meio que nos rodeia ou onde nos inserimos. Só assim é possível garantir a sustentabilidade do desenvolvimento.

Os padrões de desenvolvimento devem, por isso, avaliar-se também seriamente pelo tipo e a qualidade de oferta de serviços públicos essenciais às populações, de modo a gerar igualdade de oportunidades (económicas, sociais e territoriais) e a garantia de que todos têm acesso aos serviços de que precisam para as suas necessidades individuais e coletivas (seja, por exemplo, na área da educação, da saúde, da distribuição de água, saneamento, energia, transportes ou da proteção social).

© Marcha pela Água Pública. Moita, Março 2010.



© Reunião dos Verdes do Mediterrâneo em Coimbra. Junho de 1997.

Lutar pela promoção de igualdades e pelo desenvolvimento é também lutar pela conquista da coesão territorial, combatendo as assimetrias regionais (para o que a regionalização do país seria um fator muito relevante), a interioridade e a insularidade, gerando oportunidades de oferta de emprego e de geração de capacidade produtiva sustentável em todo o espaço nacional, tornando o território aprazível, promovendo a ligação descentralizada das populações a esse território. Para este efeito, para além da oferta de serviços públicos essenciais, torna-se fundamental redinamizar o mundo rural, apostando designadamente numa agricultura e numa silvicultura ecológica sustentáveis, determinante igualmente para combater o flagelo dos fogos florestais.

É fundamental também que se interiorize, num processo de desenvolvimento, que uma sociedade promotora da valorização dos espaços naturais (na sua componente paisagística, de biodiversidade, de preservação de espécies, de fomento de habitats naturais ou outros fatores) é uma sociedade que ganha capacidade de dinamização económica por via, por exemplo, de um turismo sustentável que em muito contribui para bons resultados dos níveis de exportação. É por isso também que importa passar o estatuto das áreas protegidas para o plano de um investimento político sério e real, sabendo que mais de 20% do território está classificado, pese embora pouco beneficiado pelo indesculpável desinvestimento a que tem sido sujeito.

Estes temas, aqui brevemente abordados, são exemplos de lutas constantes e de inúmeras propostas que o PEV elaborou e tem apresentado, com vista à promoção da sustentabilidade do desenvolvimento. Gerir bem no presente para garantir o futuro é uma máxima que os Verdes não perdem de vista. O princípio da solidariedade geracional e inter-geracional é das maiores provas de maturidade das sociedades e das mais sérias formas de demonstração de boa-fé coletiva. A capacidade de partilha dos recursos naturais é justamente das mais eficazes formas de demonstração dessas maturidade e boa-fé.

Fomentar a participação e a democracia

” O permanente contacto com as populações é um método fundamental no desenvolvimento da atividade do PEV. Perceber os seus problemas, aspirações e necessidades, envolvê-las nas tomadas de decisão, nas campanhas e nas lutas, tem sido fundamental para que o trabalho dos Verdes seja fruto de conhecimento da realidade concreta e se direcione para os interesses reais do país.

Grande parte da atividade do PEV reflete essa ligação. Mas um contacto permanente com as populações traz também a vantagem de dar a conhecer o trabalho do PEV, as nossas propostas, as nossas preocupações e o nosso projeto de sociedade, permitindo divulgar o que tantas vezes é silenciado pela comunicação social sobre a atividade dos Verdes.

São inúmeras as solicitações que chegam aos Verdes para que nos desloquemos a uma localidade concreta do país, de modo a poderemos tomar conhecimento dos problemas ou para que possamos ouvir populações de modo a trazer connosco o sentimento de injustiça que essas gentes vivem. Sentem nos Verdes um veículo eficaz de transmissão das suas mensagens, sentem os Verdes como um coletivo capaz de dar voz às suas pretensões.

Denunciar, depois, junto das entidades responsáveis para a resolução dos problemas, é o dever do PEV. «Denunciar para que o desconhecimento não sirva de pretexto à falta de intervenção» tornou-se um lema de trabalho dos Verdes. Alertar, mas sempre com a dimensão responsável da apresentação de propostas, de alternativas, de soluções necessárias, para que não se invoque a inevitabilidade dos erros como a base de decisões políticas.

É com esta consciência da importância da participação coletiva que os Verdes se têm igualmente envolvido em lutas que abrangem os mais diversos setores da sociedade, reforçando ações públicas unitárias para que ganhem força e dimensão, por causas tão justas e nobres como a independência de Timor Leste, a contestação de guerras (como as do Iraque ou do Afeganistão), as imensas manifestações em prol de melhores condições de vida em Portugal, contra políticas governamentais exaustas e caducas que levam o país a ruturas setoriais e globais, ou no apelo à participação em greves que tomam uma dimensão estruturante num processo



© Em solidariedade com Timor.



© Comemorações Populares do 25 de Abril de 2008.



© Os Verdes contactam população afetada pelo traçado e obras de implantação da CRIL, em Lisboa. 2008.



© Participação no desfile do 1º Maio, em defesa dos serviços Públicos. 2011.

Stop às alterações climáticas



© Cartaz de protesto contra o campo de tiro de Alcochete. Março de 1988.

de resistência contra o saque de direitos aos cidadãos. O PEV tem igualmente marcado a sua presença nas comemorações populares do 25 de Abril e do 1º de Maio, datas carregadas de valores e de princípios democráticos que importa hoje retomar constantemente em defesa da própria democracia.

De resto, a participação dos Verdes em movimentos unitários tem sido recorrente, como se verá ao longo das páginas que se seguem. A título de exemplo, entre 1987 e 1988 os Verdes participam num amplo movimento, envolvendo autarquias, sindicatos, partidos políticos, associações ambientalistas, de contestação ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete. Várias foram as iniciativas levadas a efeito com destaque para a marcha contra o alargamento do Campo de Tiro (de Alcochete até ao Campo de Tiro); o cordão humano do Montijo a Alcochete; o acampamento nas imediações do Campo de Tiro (Aldeia Nova da Aroeira) com uma Tribuna popular. Nas várias iniciativas, com a participação de milhares de pessoas, os Verdes tiveram um forte envolvimento e participação neste movimento de contestação.

Para além disso, conscientes de que a participação dos cidadãos na vida política se faz constantemente e que os processos decisórios devem envolver todos aqueles que são interessados e que são objeto direto dessas decisões, os Verdes atribuem enorme relevância a todos os instrumentos de participação das populações. Não abdicamos, também aí, da nossa intervenção e, por isso, são incontáveis as participações do PEV em processos de consulta pública, designadamente em processos de avaliação de impacte ambiental, que nos remeteram para elaboração de pareceres fundados e rigorosos. É essa participação direta que nos tem feito aperceber dos defeitos em que muitos desses processos incorrem, muitas vezes com os órgãos de decisão a tentar tornar as consultas públicas mais como um pro forma do que como um instrumento real de conhecimento e acolhimentos dos contributos dos cidadãos. Por isso, o PEV apresentou já propostas concretas, nomeadamente no plano parlamentar, quer ao nível da facilitação do acesso dos cidadãos à informação ambiental, quer no sentido do reforço dos processos de consulta pública e da melhoria da sua eficácia, para a credibilização desse instrumento e para a sua adequação àquele que deve ser o seu objetivo.

” O desenvolvimento de campanhas de rua, que percorrem o país de norte a sul e as regiões autónomas, tem sido uma constante no trabalho dos Verdes. Esta vertente de intervenção conheceu uma grande projeção com a campanha «Stop às Alterações Climáticas - Toca a Agir».



© Fórum Social Mundial.
Porto Alegre, Brasil, Janeiro de 2003.

Uma campanha que se desenvolveu a partir do repto lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre no Brasil, em 2005, para uma ação conjunta internacional, a 3 de Dezembro desse ano. Nessa data decorria, em Montreal, Canadá, a Cimeira das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e era o primeiro ano de entrada em vigor do protocolo de Quioto. O objetivo inicial seria pressionar os Governos nacionais a tomarem medidas de combate às alterações climáticas, nomeadamente com o cumprimento de metas e medidas internas, e pressionar a administração dos Estados Unidos da América a aderir a Quioto, por ser o país que mais contribui, per capita, para a emissão de gases com efeito de estufa. Os Verdes rapidamente alargaram o dia de ação para uma campanha de âmbito nacional.



© Verdes Europeus debatem campanha.
Kiév, Ucrânia, Outubro de 2005.

Privilegiámos o contacto direto com os cidadãos, procurando sensibilizá-los para o problema das Alterações Climáticas, apelando a comportamentos que possam contribuir para mitigar esta ameaça. Ao mesmo tempo, propúnhamos aos cidadãos que dirigissem um postal ao nosso Primeiro Ministro, exigindo investimentos nos transportes públicos para que estes se assumam como alternativa real à utilização da viatura particular, com relevância direta na diminuição de emissões poluentes, e outro ao Presidente dos EUA, como forma de pressionar a Administração Norte Americana a aderir ao Protocolo de Quioto.

Conjugando também trabalho e propostas desenvolvidas com os Verdes Europeus, a campanha traduziu-se em centenas de iniciativas, entre recolha de assinaturas nos referidos postais, debates, conferências, ações de rua, exposições e iniciativas parlamentares.



© Logótipo, Stop às Alterações Climáticas, Toca a agir.



© Campanha, Stop às Alterações Climáticas, na Entrega dos postais ao 1º Ministro, José Sócrates, Junho de 2007



© Seminário sobre «Energia, Transportes e Quioto». Partidos Verdes do Mediterrâneo. Setúbal, Junho de 2007.



© Campanha, Stop às Alterações Climáticas, na Entrega dos postais na Embaixada dos EUA, Junho de 2007



© Conferência conjunta do PEV e do Grupo Verde no Parlamento Europeu, Presidência Portuguesa e Alterações Climáticas, Lisboa, Setembro de 2007



Postal de recolha de assinaturas.



© Campanha "Stop às Alterações Climáticas". Postal a ser assinado na rua Augusta, Lisboa, Dezembro de 2005.



© Campanha "Stop às Alterações Climáticas", na Escola Secundária de Almeirim, Abril de 2007.

Foi uma campanha que excedeu de longe todas as nossas expectativas. De uma meta inicial de 10 mil postais, foram entregues 20 mil postais ao Governo Português e 20 mil postais na Embaixada dos EUA dirigidos a George W. Bush. Registe-se ainda a excelente receptividade por parte dos milhares e milhares de pessoas abordadas e que quiseram também participar ativamente nesta campanha. Uma campanha que envolveu centenas de militantes e amigos do PEV por todo o país.

Foram realizados dezenas de debates promovidos pelo PEV ou a convite de escolas, entidades, rádios e outros fóruns. Realizámos dois grandes encontros internacionais, em Portugal, e várias iniciativas com deputados Verdes do Parlamento Europeu, que alargaram ainda mais o âmbito e a abrangência da campanha e cuja diversidade de materiais enriqueceu também a sua componente didática.

A necessidade de medidas políticas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, tão abrangente a tantos setores, tem constituído uma abordagem permanente da intervenção dos Verdes e continua a ser. Numa altura em que estamos prestes a concluir o período de cumprimento do protocolo de Quioto (2008-2012), ainda não existem metas definidas de redução de emissões de gases com efeito de estufa para o período de 2013 em diante, e, em bom rigor, as emissões de gases não obtiveram a redução desejada, dificultando a eficácia de soluções para um problema com reflexos ambientais, sociais e económicos muito acentuados.



Pelo comboio é que vamos - a linha ferroviária do Tua e o famigerado Programa Nacional de Barragens

”

A defesa da linha ferroviária do Tua, e a contestação à construção da barragem de Foz Tua, tem sido um exemplo do empenho insistente do PEV em causas tão justas e também do nosso envolvimento em ações conjuntas e concertadas com movimentos de cidadãos e com Organizações Não Governamentais. É um trabalho de intensa defesa dos direitos das populações, de defesa do património cultural e natural do país e do imenso potencial de desenvolvimento harmonioso de uma região que tem sido votada ao desinvestimento e ao abandono.



© Pelo Comboio é Que Vamos.



© Iniciativa Pelo Tua junto a Santa Apolónia. Lisboa, Setembro de 2010.

Desde o final da década de 80, do século XX, que em Portugal e por opção estratégica do Governo de então, liderado por Cavaco Silva, se iniciou um processo de desinvestimento na ferrovia nacional e de encerramento de linhas ferroviárias. Por esta altura também Portugal assistia ao início de um processo de desmembramento de empresas públicas, que sustentavam e dinamizavam a ferrovia, e de alienação do património ferroviário. Ao mesmo tempo aumentava exponencialmente o investimento nas infraestruturas rodoviárias.

Os Verdes sempre elegeram a defesa e a valorização da ferrovia como um eixo estruturante de desenvolvimento do país, quer como fator de coesão territorial e de garantia do direito à mobilidade, quer como promoção de transportes menos poluentes e mais seguros.

No verão de 2006, reagindo à intenção do Governo de encerrar as linhas ferroviárias do Corgo, do Tâmega e do Tua, no Nordeste do país, os Verdes promoveram uma grande iniciativa, sob o lema «Pelo Comboio é que Vamos», com o objectivo de travar estas intenções e angariar apoios nesta luta.

Portugal tem uma necessidade urgente de desenvolver o transporte coletivo de passageiros, nomeadamente o ferroviário. Particularmente na região transmontana torna-se imprescindível garantir o transporte de passageiros (que nalguns casos, dada a morfologia do território e as condições climáticas, não é sequer possível a todo o tempo garantir por via rodoviária), assegurar o direito à mobilidade com um serviço público, dinamizar as ligações entre o interior do país e o litoral, promover o desenvolvimento desta região periférica e potenciar uma ligação ferroviária internacional e transfronteiriça com Espanha. Isto só será possível com uma ferrovia eficiente, revitalizada e funcional.



© Os Verdes promovem vigília pelo Tua, juntamente com associações e movimentos em defesa da linha ferroviária. Setembro de 2010



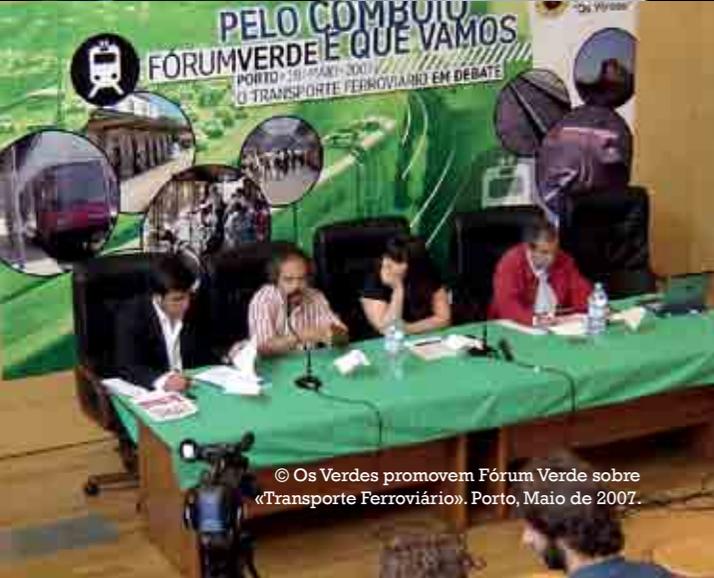
© Os Verdes fazem um Comboio Humano até à residência Oficial do 1º Ministro, em defesa da Linha Ferroviária do Tua. Setembro de 2006.



© Os Verdes participam na manifestação conjunta em Amarante, contra o Programa Nacional de Barragens, em defesa do Tua e do Tâmega. Amarante, Março de 2010.



© Os Verdes promovem viagem pelo Tua e visita à região com o Grupo Verde no Parlamento Europeu. Maio de 2007.



© Os Verdes promovem Fórum Verde sobre «Transporte Ferroviário». Porto, Maio de 2007.



© Viagem de comboio pelas linhas do Corgo, Tâmega e Tua. Agosto de 2006.



© «Pelo comboio é que vamos». Os Verdes promovem uma grande viagem de comboio pelas linhas do Corgo, Tâmega e Tua. Agosto de 2006.



© Os Verdes denunciam na UNESCO a ameaça da barragem de Foz Tua ao Alto Douro Vinhateiro.

Por diversas razões a luta contra a barragem do Tua acabou por tomar contornos nacionais. Não só simboliza a resistência à destruição da ferrovia nacional como demonstra a forma como neste país os interesses de grandes grupos económicos se têm sobreposto ao interesse coletivo, quando, em nome de ganhos de milhões para a EDP, se permite destruir um património valiosíssimo (traduzido no vale do Tua, na linha ferroviária ou no Alto Douro Vinhateiro, classificado pelo UNESCO como património da humanidade), com um enorme potencial de desenvolvimento da região, para construir uma barragem (que integra o Programa Nacional de Barragens) que não tem qualquer valor do ponto de vista da eletro-produção nacional nem tão pouco do contributo para o combate às alterações climáticas.

Os Verdes têm levado esta questão aos mais diversos patamares de intervenção, do local, ao regional, ao nacional, designadamente com inúmeras reuniões, produção de documentos, criação de esculturas simbólicas de apelo à não construção da barragem, contacto diverso com membros do Governo, empreendimento de inúmeras iniciativas de rua, e também com intervenção constante ao nível parlamentar exigindo ação e resposta por parte de diversas tutelas governamentais. Mas a luta dos Verdes foi igualmente desenvolvida além fronteiras. Envolvemos deputados do Parlamento Europeu e levámos os factos ao comité da UNESCO, que tomou conhecimento da gravidade da situação através do PEV.

É uma luta que os Verdes continuam a empreender, na plena convicção que a construção da barragem do Tua é um crime ambiental, social e económico grave, ainda por cima com níveis significativos de endividamento do país e com resultados nulos do ponto de vista energético, continuando o PEV a defender que há um amplo caminho a percorrer para alcançar uma necessária poupança e eficiência energética, capaz de suprir as necessidades de consumos de energia do país.

© Campanha «Comboios a rolar, Portugal a avançar», 2011.



Noites Verdes por Foz Côa

” Em 1995, também envolvendo a construção de uma barragem hidroelétrica, neste caso em Foz Côa, ameaçando submergir e degradar todo um espólio de gravuras e pinturas rupestres, os Verdes promoveram várias iniciativas e ações que ajudaram a encorpar o grandioso movimento que se veio a constituir em defesa das gravuras e contra a projetada barragem.

© Os Verdes visitam Foz Côa. Junho de 1995.



As gravuras rupestres de Foz Côa tinham então sido descobertas, durante os trabalhos iniciais de construção da barragem, informação que foi escondida para que o projeto não parasse, o que demonstra o menosprezo com que Governos atrás de Governos têm tratado os valores culturais deste país, em nome de interesses económicos de nulo interesse coletivo. Assim tem acontecido também com o desprezo de património natural único que levou à construção de uma outra barragem criminosa – a barragem do Sabor – delapidando o último rio selvagem do país e da Europa.

Os Verdes empenharam-se fortemente na luta pela salvaguarda das pinturas rupestres, participando em ações, debates, acampamentos do movimento tão alargado e unitário que se gerou, e desenvolveram diversas iniciativas próprias, das quais realçamos um importante debate parlamentar e, em tantas cidades deste país, as «Noites Verdes por Foz Côa».

As «Noites Verdes por Foz Côa» traduziram-se em noites de intensa atividade cultural, porque era de valorização e preservação de cultura que se tratava. Em cada localidade, onde aconteceram, era montado um palco com o painel de fundo que ia, em público e em direto, sendo pintado com a generosa participação de tantos artistas plásticos da nossa praça, ao mesmo tempo que, em cima do palco, atuavam atores ou músicos que iam animando a noite, com teatro e concertos. A estas noites associaram-se debates e intervenções contra a construção da barragem de Foz Côa e pela preservação do maior achado de que há registo ao nível mundial de arte rupestre ao ar livre.

A barragem não foi construída e a luta intensa teve o êxito merecido.



© O PEV promove as Noites Verdes por Foz Côa, entre Julho e Setembro de 1995.



© Noites Verdes por Foz Côa. Junho de 1995.



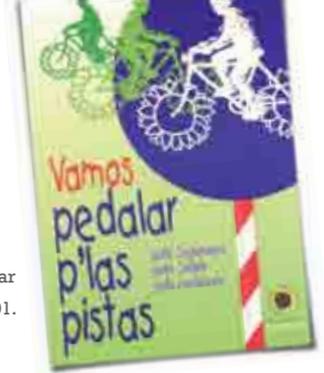
© Entre Julho e Setembro de 1995 o PEV promove as Noites Verdes por Foz Côa.



© Mural em defesa de Foz Côa. Março de 1995.

Vamos pedalar pelas pistas

© Cartaz "Vamos pedalar pelas pistas", 2001.



” A possibilidade de tornar a bicicleta num transporte alternativo só é garantida se forem criadas condições de segurança e até de possibilidade de intermodalidade. De outra forma o uso da bicicleta só ficará circunscrito a momentos de lazer e de prática de desporto, o que, sendo importante, é redutor do papel que podem ter os modos de mobilidade suave no contexto da mobilidade.

Foi no sentido de contribuir para uma visão diferente do uso da bicicleta que o PEV lançou a campanha «Vamos Pedalar pelas Pistas». Ela dirigiu-se fundamentalmente aos cidadãos, para que se sensibilizassem e se juntassem a esta causa, mas também aos poderes políticos, quer autárquicos quer nacionais. Esta campanha usou materiais didáticos muito interessantes, desde material informativo até jogos de mesa que permitiam conhecer em pormenor a história da bicicleta e a sua importância como meio de mobilidade dentro dos espaços urbanos e também fora deles, para além do seu contributo direto para o transporte com emissões nulas.



© Reunião do Conselho Nacional do PEV, 1996.

Hoje Foz Côa constitui um Parque Arqueológico, é classificado pela UNESCO como património da humanidade e é anualmente visitado por milhares de turistas, porque constitui um valiosíssimo espólio da história da humanidade, fundamental para a compreensão do desenvolvimento das sociedades humanas no planeta. Consideram, os Verdes, que se tivessem sido associados investimentos adequados que beneficiassem a população e as suas pequenas atividades económicas, aquela região tinha toda a capacidade de se tornar um marco de turismo sustentável de alargada dimensão em Portugal, com o pleno envolvimento das suas gentes.

É também para estes investimentos e para este combate à interioridade que o PEV continua a marcar a sua intervenção.



© A Ecolojovem-Os Verdes pinta murais em defesa de Foz Côa. Março de 1995.



© Os Verdes promovem um passeio de cicloturismo em defesa de uma rede nacional de pistas cicláveis. Setembro de 2001.

Foi uma campanha que percorreu todas as capitais de distrito, que passou por escolas, institutos politécnicos e por universidades e que envolveu também associações e grupos de cicloturismo. Culminou num grande passeio de cicloturismo com mais de 350 participantes que percorreram 90 km, entre Almeirim e a Assembleia da República, em apoio expresso a um projeto de lei que o Grupo Parlamentar os Verdes apresentara na Assembleia da República, visando a criação de uma rede nacional de ciclovias.

Posteriormente a campanha continuou com diversas iniciativas que, para além do âmbito parlamentar, tiveram também eco ao nível municipal, com os eleitos locais a fazerem propostas nas suas autarquias para desenvolverem circuitos cicláveis.

Há ainda um longo caminho a percorrer até que a bicicleta possa ser amplamente usada como transporte alternativo e o PEV continua a contribuir com propostas de onde emergem soluções que dignifiquem e tornem mais seguro o uso da bicicleta.



© Cartas do jogo das bicicletas, produzido pelos Verdes.



© Campanha em defesa de uma rede nacional de pistas cicláveis. Lisboa, 2001.

SOS Natureza



Nos meados dos anos 90 do Século XX, os Verdes entenderam ser tempo de alertar o país e os órgãos de poder político para a diversidade, dimensão e agravamento do conjunto de problemáticas ambientais que duravam há anos, sem se vislumbrar vontade política para a sua resolução, e em claro prejuízo de populações vítimas de absolutos cancros ambientais e, portanto, de degradação direta da sua qualidade de vida.



© Pela proteção do Litoral. Porto, Abril de 1994.



© Balanço dos Verdes da campanha «SOS Natureza», no Porto, 5 de Junho de 1994, dia Mundial do Ambiente.

Assim, o PEV lançou a campanha «SOS Natureza», criando para o efeito um enorme marco que simbolizava uma árvore, ser vivo, fonte de fruto e de flor. Esse marco ecológico era implantado junto a um ponto poluente, ou poluído específico e aí eram referenciados os problemas e o empenho do PEV na denúncia dos focos de poluição e na exigência de resolução das situações ambientalmente degradantes que estavam em causa.

Os Verdes seleccionaram 50 pontos negros e percorreram o país implantando 50 marcos ecológicos. A campanha SOS Natureza abrangeu os problemas ambientais das mais diversas áreas: resíduos, qualidade da água, qualidade do ar, poluição costeira, degradação de áreas protegidas, construção em leito de cheia, erosão do litoral, desordenamento florestal, poluição industrial, entre tantas outras.

Com o primeiro marco, plantado junto ao Cais das Colunas, em Lisboa, os Verdes assinalavam a forte carga poluente do rio Tejo e a falta de tratamento de efluentes, assim como os problemas da gestão dos rios internacionais. Daqui, militantes do PEV encetaram um percurso por 50 pontos negros no país, envolveram populações, comunidades locais, protestos, imprensa.

A campanha terminou com a apresentação de um mapa, assinalando, com miniaturas, os vários marcos ecológicos implantados por todo o País, o que permitiu dar uma ideia da sua distribuição territorial e da diversidade de setores focados.

Foi um trabalho de grande responsabilidade que depois foi, ponto a ponto, traduzido na intervenção do PEV na Assembleia da República.



© Arranque da campanha «SOS Natureza» no Cais das Colunas em Lisboa, assinalando os elevados níveis de poluição do Tejo, na altura sem ETAR's, e o perigo do nuclear vindo de Almaraz. Março de 1994.



© Os Verdes colocam um marco junto à Ria de Aveiro, para assinalar o estado grave de poluição. Maio de 1994.



© Faixa em protesto contra a carreira de tiro de Santarém. Março de 1994.

Marcha Nacional pela Gestão Pública da Água

”

Com a alteração do regime económico-financeiro de gestão da água, iniciado com o Governo PSD de Cavaco Silva, abriu-se a porta à entrega da gestão da água a empresas privadas e começaram os processos de privatização e de concessão dos sistemas de tratamento de esgotos e de abastecimento. O Governo PS de Sócrates, reforçou a procura de retirar a competência da gestão deste recurso, imprescindível à vida, às autarquias locais, impondo os sistemas multimunicipais, preparando os sistemas para uma futura privatização, para o que foram usados inclusivamente métodos inaceitáveis de chantagem com as autarquias que não queriam aderir a este modelo imposto. Hoje, o atual Governo PSD/CDS de Passos Coelho está a promover a fusão e verticalização dos sistemas de gestão da água com o objetivo assumido de proceder à sua entrega a privados, voltando a chantagear os atuais sistemas com a não eleição de verbas do fundo de coesão, no caso de não quererem aderir a essa fusão.

Com a preocupação da privatização da água e de quanto tudo ela implica em termos de perda de soberania, de encarecimento para os cidadãos ou de gestão em função de interesses económicos, e não sociais e ambientais, o PEV lançou a Marcha Nacional pela gestão pública da água. Esta campanha desenvolveu-se em formato de uma marcha pelo país, com uma garrafa de água como testemunho que foi passando de região em região, entre coletivos dos Verdes, os quais organizavam nas respetivas regiões iniciativas junto das populações com vista a alertar para os perigos da privatização deste recurso escasso e vital que é a água. A marcha iniciou-se no Porto, onde participou a atleta olímpica Rosa Mota, e percorreu todo o país entre Outubro de 2002 e Março de 2003.

Várias outras iniciativas de defesa da gestão pública da água foram desenvolvidas, sempre numa perspetiva de que a água é um bem público, fundamental à vida, e não uma mercadoria, pelo que a sua gestão deve ser feita por entidades públicas. Desde a realização de uma audição pública na Assembleia da República em 2002, até a um agendamento potestativo do Grupo Parlamentar os Verdes em 2012, com uma iniciativa legislativa que visava garantir o direito humano à água, muitas outras constituíram, nesta década, ações concretas do PEV em defesa do recurso água e da democratização do acesso a este bem natural.



© Arranque da Marcha pela Água Pública. Porto, Outubro de 2003.



© Marcha pela água, em Alhos Vedros, Moita, Maio de 2004.



© Audição Pública sobre gestão da Água, Novembro de 2002.



© Pela gestão pública da água.

Produzir Nacional, Consumir Local



A promoção da produção nacional e o consumo local de produtos nacionais é um imperativo para que Portugal recupere económica e socialmente da crise profunda em que se encontra mergulhado há anos. Desde meados dos anos 80 do século XX, com a entrada de Portugal para a Comunidade Europeia o nosso país passou de uma dependência externa de cerca 25% para atualmente cerca de 75% em termos alimentares.



© Os Verdes participam na Cimeira dos Ministros do Ambiente da UE, contra a Política Agrícola Comum. 2000.



© No mercado de Mirandela. Fevereiro de 2012.

Tendo em conta esta crescente dependência do exterior, o desequilíbrio da balança comercial, o definhamento do setor produtivo e do emprego, os Verdes encetaram faseadamente uma campanha de defesa e promoção da produção nacional. Esta campanha começou por se traduzir em propostas legislativas no sentido de obrigar as grandes superfícies a disponibilizarem aos consumidores uma percentagem mínima de produtos alimentares de origem nacional. Da mesma forma uma iniciativa, que visava o fornecimento das cantinas públicas e das escolares com uma larguíssima percentagem de produtos alimentares nacionais, foi desenvolvida e apresentada no Parlamento. Esta última proposta foi também transposta para as autarquias locais e apresentada pelos eleitos Verdes nas várias Assembleias Municipais.

Posteriormente a campanha pela produção nacional desenvolveu-se em iniciativas de rua de âmbito nacional. Sob o lema «À Mesa Com a Produção Portuguesa, Semeie Esta Ideia, Cultive O País, Colha Sobe- rania», os Verdes promoveram uma viagem pelos mercados municipais, feiras regionais e locais e algumas escolas com o objetivo de conhecer as várias realidades locais e de promover este conceito. Desta campanha fizeram também parte debates, tertúlias e reuniões com cooperativas e com associações de produtores e consumidores.

À MESA
COM PRODUÇÃO
PORTUGUESA



© Campanha «À Mesa com a Produção Portuguesa», 2001.



© Os Verdes promovem a produção e o Consumo de produtos nacionais. Lisboa, Dezembro de 2009.



© Na feira da Lorosa, 2012.



© Campanha «À Mesa com a Produção Portuguesa» arranca em Lisboa, em Outubro de 2011.



© Na feira de Castelo Branco, Março de 2012.



© Tertúlia Sobre Consumir Local. Lourinhã, Março de 2012.

A invasão do Eucalipto



© Os Verdes colocam um marco na Lousã, zona fortemente afetada pelos incêndios florestais e pela eucaliptização. Junho de 1994.



© Incêndios de 2003.

”

A grande explosão da plantação de eucalipto em Portugal, que ocorreu no início da década de oitenta, transformou profundamente a paisagem portuguesa e despoletou o rápido processo de abandono rural. Uma monocultura florestal baseada numa espécie exótica de crescimento rápido com fortes impactos no meio, mas que representava e representa um lucro rápido para a indústria do papel que se começava a desenvolver exponencialmente, o que aumentou fortemente a pressão para o abandono agrícola.



© Os Verdes promovem uma ação de defesa da floresta. Lisboa, 21 de Março de 1998.

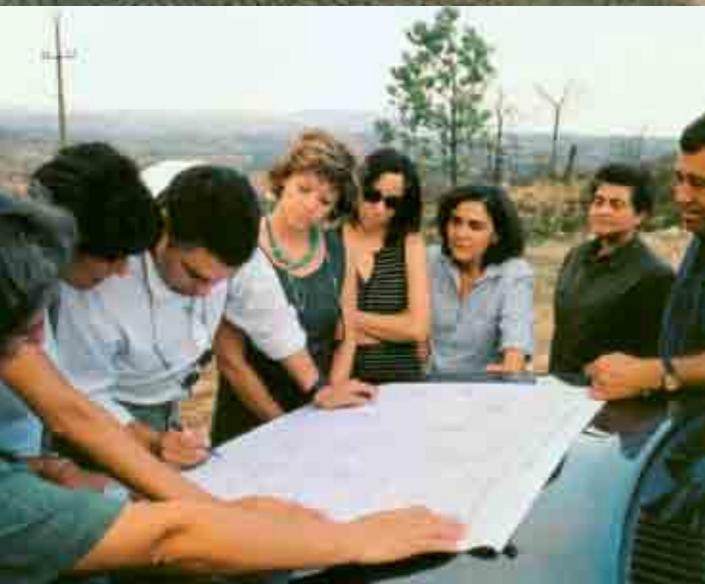


© Os Verdes Visitam zonas afectadas pelo incêndios em Ourém, e contactam com entidades e populações afetadas. Agosto de 2005.

Esta transformação da paisagem, que se começava a desenhar nos anos oitenta, provocou as primeiras lutas que deram origem ao PEV. Pode dizer-se, portanto, que o nascimento dos Verdes está muito interligado com as lutas contra a invasão do eucalipto. Lutas associadas às populações agrícolas e às gentes das terras que viam, e bem, esta ameaça com uma profunda alteração da ocupação do solo, com impactos elevados ao nível da erosão e do esgotamento dos aquíferos subterrâneos, aliado ao empobrecimento da biodiversidade, contribuindo para o abandono rural e consequentemente para o êxodo populacional para os centros urbanos.

Rapidamente o crescimento das manchas de monocultura florestal desembocou, nos anos 90, no contributo para o flagelo anual dos incêndios florestais, com graves consequências para o país a todos os níveis.

Esta é uma luta que, estando na génese do PEV, continua hoje a ser travada, estando atualmente a pairar sobre o país uma grave ameaça de alteração ao regime de arborização e rearborização que permitiria a autêntica liberalização do eucalipto no país, em detrimento da nossa floresta autóctone, questão que merece forte oposição dos Verdes.



© Os Verdes convidam o Grupo Verde no Parlamento Europeu e percorrem as vastas zonas afetadas pelos graves incêndios de 2003, contactando com entidades e populações afetadas.



© Postais entregues no Min. da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. «Incêndios, Mais Prevenção, Melhor Combate» e «Eucaliptos, Não Obrigado!». Setembro de 2012.

Tribunal popular pelo Alviela

” A intensa e penosa poluição do rio Alviela, no distrito de Santarém, ferido pela indústria dos curtumes e por uma agropecuária intensiva, gerou uma forte contestação popular, decorrente de um sofrimento real das populações ribeirinhas do Alviela. Geraram-se lutas de movimentos e organizações aspirando à descontaminação do rio, às quais os Verdes se juntaram e as quais reforçaram pela justíssima pretensão daquelas populações.



© Os Verdes colocam um marco “SOS Natureza” em Alcanena assinalando a grave poluição do rio Alviela. Junho de 1994.



© Os Verdes promovem uma marcha em defesa do Alviela, à qual se juntam movimentos locais, autarcas e populações. Setembro de 2004.



© Os Verdes promovem iniciativa de defesa do Alviela durante as eleições presidenciais de 2006, Alviela. Dezembro de 2005.



© Os Verdes promovem, marcha em defesa do Alviela. Setembro de 2004.

As promessas de sucessivos governantes eram muitas para funcionamento de sistemas de tratamento de efluentes que limpariam o Alviela. Prometeram banhar-se no Alviela. O certo é que as populações eram as vítimas diretas da incúria de um poder político inativo que prometia muito e fazia nada.

No início dos anos 90, o PEV organizou com o amplo envolvimento da população local e da junta de freguesia, em Pernes, um tribunal popular que encenou um julgamento, com acusação, defesa e respetivo juiz, onde foram aduzidos todos os argumentos e demonstradas todas as provas do crime ambiental que ali acontecia. A encenação foi de tal modo rica na argumentação, e de tal modo sustentada, que muitos populares reagiam aos argumentos da defesa e da acusação com amplos aplausos ou sonoras vaias. O que muitos populares desejavam é que aquele tribunal popular, ali encenado por iniciativa do PEV, tivesse possibilidade de ser real e que os responsáveis políticos e industriais pelo esgoto de metais perigosos em que se tornara o Alviela fossem condenados, e no mínimo intimados a terminar com o crime continuado.



Foram muitas lutas para conseguir que funcionasse a ETAR de Alcanena. E muitas lutas serão ainda necessárias para resolver o problema dos resíduos das suiniculturas (que delapidam, há tantos anos, por exemplo a ribeira dos Milagres, em Leiria, e tantos outros recursos hídricos no país), bem como para garantir o pleno funcionamento de Estações de Tratamento que sem investimentos adequados não funcionam plenamente e não cumprem integralmente os objetivos de despoluição dos nossos rios.

A luta contra a incineração dedicada e a co-incineração

” A prevenção da produção de resíduos, a redução, a reutilização e a reciclagem sempre foram parceiros pobres de uma gestão que permanentemente se pautou por se desenvolver ao sabor dos interesses económicos. Assim tem acontecido com o problema da gestão de embalagens e com o estado de alguns aterros e lixeiras. O processo de tratamento e gestão dos resíduos industriais sofreu várias reviravoltas, avanços e recuos, consoante quem chefiava o governo de então: PSD ou PS. Mas o problema e a forma sempre foram os mesmos para a apresentação de soluções. Fosse a incineração dedicada, defendida pelo PSD, fosse a co-incineração em fábricas de cimento, proposta pelo PS, qualquer delas pecava por razões ambientais e outras. Mereceram a longa e prolífera oposição do PEV que, aliado às populações, associações de ambiente e movimentos de cidadãos, sempre se esforçou por esclarecer e contestar os métodos, os sistemas e as falsas soluções que atendiam a aspirações de negócios e não resolveriam o problema dos resíduos.



© As manifestações frente à cimenteira no Parque Natural da Arrábida são uma constante nos finais da década de 1990 e início dos anos 2000.

Um dos problemas de base do país foi o diagnóstico da situação e a sua caracterização, fundamental para avaliar as várias soluções possíveis. Quantificar e classificar os resíduos industriais produzidos era tarefa que não existia até muito recentemente. As soluções apresentadas apareciam sempre como processos de fim-de-linha, mal integradas, visando apenas uma ínfima parte do problema com uma situação de referência mal caracterizada. Soluções centradas essencialmente na queima dos resíduos com graves impactos no ambiente, seja pela libertação de gases com produtos altamente nocivos, como as dioxinas, os furanos e os metais pesados, para apenas mencionar alguns; seja pela geração de cinzas e subprodutos de combustão muito mais contaminados e perigosos que os resíduos que lhes deram origem. E tudo isto à revelia das populações, dos movimentos e organizações intervenientes na sociedade e para satisfazer oportunidades de negócio quer da indústria do cimento, quer dos construtores de incineradoras. Esta guerra originou, desde o final dos anos 80, um insistente trabalho de contestação do PEV em todas as frentes, em conjunto com as populações, nas autarquias locais e ao nível da Assembleia da República.



© Os Verdes participam em Souselas na grandiosa manifestação contra a Co-incineração nesta unidade cimenteira, manifestação que demonstra também o forte apoio ao Projeto-Lei que o PEV submeteu na Assembleia da República, suspendendo a Co-Incineração e que viria a ser aprovado no mês seguinte. Junho de 2000.



© Os Verdes reúnem com a administração da Sécil, durante as suas Jornadas Parlamentares, para reafirmarem a sua oposição à Co-Incineração. 1998.



© Debate contra a Co-Incineração na Arrábida promovido pelo movimento Pró-Arrábida. 2000.

Os Verdes batalharam muito pelo encontro de soluções que promovessem o tratamento de resíduos perigosos, que de outra forma teriam como destino a queima, o que veio a demonstrar-se possível pela constituição dos CIRVER. Há, contudo, uma batalha que continuamos a travar arduamente, que diz respeito à necessária redução de resíduos perigosos, possível mas sempre travada por um mercado feroz de produção de resíduos.

Num território onde proliferam solos contaminados por indústrias pesadas, que conheceu durante anos o problema das escórias da Metalimex, objeto também de intensas ações dos Verdes, e no qual foi introduzida a queima de resíduos industriais, é tempo de dar espaço de libertação deste histórico poluidor no distrito que acolhe um amplo número de áreas protegidas e designadamente a Arrábida. É plena convicção do PEV que a candidatura da Arrábida a património da humanidade é um fator determinante para pôr fim à co-incineração de resíduos perigosos na cimenteira da Secil em pleno Parque Natural da Arrábida. Os Verdes tomaram a iniciativa, em 2011, de levar a Assembleia da República a apoiar por unanimidade essa candidatura, considerando que a UNESCO encarará essa unanimidade como bastante benéfica para o processo de classificação da Arrábida.



Bandeiras negras na zona costeira contra passagem de navios com plutónio

” A passagem de navios com cargas perigosas ao largo da costa nacional é uma matéria para a qual os Verdes sempre alertaram. A costa portuguesa foi já vítima de diversos derrames de hidrocarbonetos, que geraram dramas ambientais, mataram vida no mar e degradaram a nossa zona costeira, com implicações graves também ao nível social e económico, pelo prejuízo que daí decorreu em relação a atividades praticadas no mar ou para aqueles que vivem do turismo relacionado com o mar.



© Bandeiras negras na Costa Portuguesa, no início da década de 1990.

No decurso dos anos 90 e início dos anos 2000, ao mesmo tempo que o Governo e a União Europeia liquidavam inaceitavelmente o setor das pescas em Portugal alegando necessidade de salvaguardar recursos marinhos, foram diversas as passagens de navios carregados de plutónio, proveniente de centrais nucleares, designadamente francesas, com destino ao Japão, para alimentar programas nucleares. Estes navios passavam junto à nossa zona económica exclusiva, constituindo um risco e uma ameaça grave para os nossos recursos marinhos e para a costa portuguesa, tanto mais que se tratava de uma matéria altamente radioativa que, por qualquer incidente ou acidente, teria devastado por um longuíssimo período a nossa zona costeira.

Foram diversas as iniciativas que o PEV tomou para denunciar a passagem destes navios e para requerer a não autorização da sua passagem na zona económica exclusiva portuguesa. Uma das iniciativas mais emblemáticas foi a instalação, em diversas praias portuguesas, de bandeiras negras, contendo a branco o símbolo da radioatividade, assinalando a passagem de navios com carga radioativa.

© Piratas do MAR. Reunião do Conselho de Ministros na Foz do Tejo. Novembro de 2004.



© Postal de natal dos Verdes, Não ao Nuclear. 1996.



© Bandeiras negras em Sesimbra contra a passagem de navios carregando Plutónio. Janeiro de 2001.

Muitas outras iniciativas tomaram os Verdes a propósito da segurança no mar, designadamente com um projeto de lei que previa a alteração de corredores marítimos para navios com cargas perigosas, com o objetivo de afastar a sua passagem da costa portuguesa. Muitos foram também os esforços envidados pelos Verdes para a instalação de um sistema de vigilância marítima em toda a costa portuguesa.

No que respeita ao nuclear, diversas foram as iniciativas empreendidas pelo PEV no que concerne à sua recusa como fonte de energia, quer combatendo pretensões de ideias ou aberturas de construção de centrais nucleares em Portugal, quer denunciando o perigo do nuclear ao nível mundial, e designadamente com a participação em diversas iniciativas que reclamaram o encerramento do reator nuclear de Almaraz, em Espanha, a escassos 100 km da fronteira portuguesa e com implicação de riscos sérios para o rio Tejo. Foram igualmente marcantes os protestos do PEV contra os ensaios nucleares franceses, no Atol da Mururoa, com uma ação de angariação de apoios que culminou com uma iniciativa de protesto frente à embaixada de França, em Lisboa.



© Os Verdes participam na manifestação pelo encerramento de Almaraz. Setembro de 2011.



© Protesto contra os Ensaios Nucleares frente à embaixada de França. Setembro de 1995.

Em ação pela segurança alimentar

© Ação de rua de denúncia dos perigos da utilização e consumo de OGM. Maio de 1999.



” Em 2004 os Verdes lançaram uma campanha nacional intitulada «Em ação pela segurança alimentar», a qual percorreu diversas cidades do país e era especificamente dirigida aos consumidores, produtores, entidades fiscalizadoras e responsáveis políticos.



© Campanha pela “Segurança Alimentar”.

Esta ação visava exigir uma política dos 3 «S» para a alimentação, de modo a garantir que fosse Segura, Saudável e Saborosa, sensibilizando para matérias tão relevantes como a importância de práticas agrícolas ajustadas à valorização ambiental e social (designadamente a agricultura familiar ou a agricultura biológica), o bem-estar animal, a diminuição de uso de pesticidas e herbicidas, a produção localizada, um comércio justo, a rotulagem adequada, entre tantas outras questões.

Foi uma campanha que percorreu, pela mão do PEV, variadíssimas localidades do país, tendo sido promovida, nos seus materiais de divulgação, sensibilização e informação, em conjunto com o Grupo Verde no Parlamento Europeu e pelos partidos Verdes dos Estados da União Europeia.

A segurança alimentar tem sido uma constante na intervenção do PEV, inclusivamente de ordem parlamentar, com uma insistência muito significativa na suspensão de cultivo de organismos geneticamente modificados, na aplicação do princípio da precaução e na aplicação da cláusula de salvaguarda que preveniriam eventuais contaminações que os campos transgénicos podem provocar em culturas convencionais ou biológicas. O PEV tem-se debruçado também muito sobre a necessidade de a rotulagem de produtos definir, qualquer que seja o grau, a presença de transgénicos no produto a consumir.

© Debate sobre segurança alimentar, promovido pelo PEV. Moita, Maio de 2004.



Uma Pomba Branca na Assembleia da República

” O recurso a simbologias torna muitas vezes eficaz o discurso parlamentar, para despertar os deputados para a relevância do que se está a discutir ou para afirmar o que muitas vezes, visualizando, se consegue captar melhor do que com mil palavras. Os deputados dos Verdes recorreram, em diversas situações, à utilização dessas simbologias, as quais aqui exemplificamos:



© Autocolante “Os Verdes pela Paz”.

© Autocolante “Preserve o Planeta”.

- Numa intervenção da tribuna parlamentar, um deputado ecologista ergue um balde furado, simbolizando o sistema elétrico nacional que pede cada vez mais produção, mas nada investindo na poupança e na eficiência energética. Esse desperdício energético era demonstrado pelos buracos no balde, que caso se enchesse de água, a partir de um determinado ponto, começaria a derramá-la.

- No final de uma sessão plenária onde se abordou a problemática da SIDA, uma deputada dos Verdes entrega a todos os deputados um preservativo e um autocolante que tem representado um planeta dentro de um preservativo, como forma de simbolizar a necessidade de medidas de prevenção da SIDA, imputável a comportamentos de risco.

- Deputados do PEV entregam a responsáveis governamentais da tutela do Ambiente uma garrafa com água negra, proveniente do rio Alviela, com vista a alertar para o drama da contaminação daquele rio.

- Um deputado dos Verdes levou para o hemiciclo uma pomba branca numa gaiola em protesto pela receção feita pela Assembleia República do então presidente dos EUA, Ronald Reagan. Pousou a gaiola na bancada, simbolizando a ameaça dos EUA à paz.



© Rio Alviela.



© Audição Parlamentar sobre OGM. Outubro de 2005.



Legislação com marca ecologista

”

Ao longo de todos estes anos, e dada a reconhecida intensidade de trabalho do Grupo Parlamentar os Verdes, não seria viável registar toda a dimensão de processos legislativos aos quais o PEV se dedicou, nem todas as iniciativas legislativas apresentadas, de onde brotaram debates e votações parlamentares, todas registadas em Diário da Assembleia da República. O trabalho parlamentar do PEV não se limita à apresentação e participação em processos legislativos, mas incide também fortemente na realização de debates parlamentares sob formas e sobre temas diversos e no confronto com os membros do Governo, denunciando, alertando e exigindo respostas e soluções para os problemas do país. Este confronto com o Governo faz-se igualmente através de um sem número de requerimentos e perguntas escritas que reproduziram problemáticas concretas, colocando sempre questões muito precisas. Mas há uma vertente do trabalho parlamentar dos Verdes que muito o enaltece e responsabiliza que se prende com o contacto muito regular com os cidadãos, quer por via das inúmeras audiências realizadas, quer por via da deslocação dos deputados aos diferentes círculos eleitorais, permitindo o conhecimento efetivo dos problemas reais do país, depois traduzidos no Parlamento pelos deputados do PEV.

Apesar de o objetivo não ser reproduzir projetos apresentados pelo PEV, torna-se, todavia, relevante realçar a temática de algumas iniciativas legislativas que foram aprovadas, resultando em Leis da República, que foram iniciativa do Grupo Parlamentar os Verdes:



© Jornadas Parlamentares em Tomar. Outubro de 1993.

- A proteção ao Lobo Ibérico (*Canis lupus signatus*), tendo sido aprovado e estando ainda hoje em vigor, apesar das muitas lacunas na regulamentação que os sucessivos Governos não chegaram a produzir. A necessidade e urgência de proteger esta subespécie ibérica do lobo europeu prendeu-se com o grave declínio em que as suas populações se encontravam, tanto em Portugal como em Espanha, muito devido à interação com o Homem, sendo vítima da forte pressão cinegética, da perda drástica de habitat e pelo grande conflito entre o pastoreio e o Lobo.



© Jornadas parlamentares em Tomar. 1993.

- Em 1988 os Verdes apresentaram uma iniciativa parlamentar com o objetivo de legalizar o naturismo em Portugal. Uma prática já livre de discriminação em grande parte da Europa. Mas este romper do preconceito encontrou obstáculos pelo caminho e, novamente pela mão dos Verdes, em 1994 e em 2009, a legalização do naturismo foi objeto de novas propostas legislativas, para colmatar a falta de regulamentação governamental e permitir a livre prática do naturismo em espaços sujeitos a autorização, ou nos espaços públicos em que o hábito se tenha implantado sujeitando-os à respetiva delimitação e sinalização.



© Plenário da Assembleia da República.



© Jornadas Parlamentares dedicadas ao Litoral. Junho de 2007.



© Tertúlia Pela Igualdade Plena. Janeiro de 2010.



© Autocolante, Campanha pela Interrupção Voluntária da Gravidez. 2007.

• A forma desregulada e por vezes até bastante descuidada como se promovia o transporte coletivo de crianças, associada a um conjunto de acidentes com que nos íamos lamentavelmente confrontando, levou o PEV a despoletar esse processo legislativo com a apresentação de um projeto de lei que determinou um conjunto de regras de segurança no transporte coletivo de crianças, bem como a vigilância das crianças para a entrada e saída do transporte.

• A ameaça à saúde pública resultante da existência de amianto em edifícios públicos, em estado visível de degradação, levou o PEV à promoção de diversas ações, entre as quais iniciativas legislativas com vista à elaboração de uma listagem nacional de edifícios contendo amianto, respetivo estado de conservação e melhor forma de tratamento ou remoção. Primeiro como recomendação ao Governo, depois como Lei efetiva, é hoje obrigatória no país uma intervenção que permita o controlo da libertação de partículas de amianto em edifícios públicos.

• A assistência balnear foi também objeto de uma alteração substancial por iniciativa dos Verdes, dotando o país de condições para que as praias não fossem vigiadas apenas em função das concessões existentes, mas sim da efetiva frequência por parte dos banhistas, bem como com vista ao alargamento da época balnear. Esta lei revolucionaria a segurança nas praias, não fora o facto do Governo, pouco tempo depois, ter revogado esta Lei da Assembleia da República, repondo o regime anterior.

• Também a introdução da vacina do colo do útero no plano nacional de vacinação foi iniciativa parlamentar do PEV, que, embora rejeitada, foi posteriormente adotada pelo Governo, reconhecendo, afinal, a eficácia da proposta inicialmente apresentada pelo Grupo Parlamentar os Verdes. O mesmo se passou em relação à possibilidade de dedução fiscal de gastos relativos a equipamentos para fomento de energias renováveis.

Existem inúmeros outros processos legislativos, aprovados, nos quais os Verdes se empenharam fortemente, dos quais destacamos aqui o relativo à elaboração da Lei de Bases do Ambiente, bem como agora ao seu processo recente de revisão; à despenalização da interrupção voluntária da gravidez nas primeiras semanas; ou à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.



© Campanha pela IVG. Fevereiro de 2007.



© Diploma da Lei 90/88 Proteção do Lobo Ibérico.



© Verdes limpam "Theias" do Ministério do Ambiente. Setembro de 2003.

Debate, formação e decisões participativas

” A troca e a construção de ideias, o debate, o encontro e o confronto de opiniões e argumentos, bem como a criação de espaços de informação e formação de militantes e ativistas do PEV, têm sido instrumentos de solidificação do pensamento ecologista e de definição de posições políticas. Por outro lado, o crescimento do projeto ecologista implica a consolidação da capacidade de intervenção e um contínuo melhoramento e aprofundamento do debate de ideias. Estas preocupações têm-se revertido na promoção de debates, seminários, encontros e fóruns de variada natureza, envolvendo a comunidade científica, escolar ou de diversas outras origens.

As Convenções do Partido Ecologista Os Verdes (vulgo Congressos) são o expoente máximo da definição de metas e caminhos de intervenção e ação por parte do PEV, com ampla participação de delegados num debate plural, alargado, intenso e sempre profícuo.

A realização dos variados Fóruns Verdes, espaços de debate temáticos que têm trazido para áreas como o Nuclear, os Resíduos, o Tejo e Florestas, a opinião e as preocupações dos Verdes e têm regularmente contado com o contributo de peritos e opiniões de diversas áreas de intervenção da sociedade.

Da mesma forma, mas num registo mais específico, os Encontros de Professores Ecologistas têm constituído plataformas de defesa da escola pública e da sua relevância para a democracia, igualdade e promoção de liberdades. Têm igualmente focado o debate ecologista na importância da educação para a formação das sociedades e na educação ambiental com um pilar estruturante da educação para a cidadania.



© Debate sobre Política de Resíduos. Novembro de 1994.



© Encontro sobre Poder Local. Maio de 1997.



© 10ª Convenção Nacional Ecológica. Maio de 2006.



© Debate Agir Local, II Encontro de Autarcas e Ativistas Verdes. Maio de 2008.



© Ação formação de quadros do PEV. Fevereiro de 2011.



© Fórum Verde dedicado a Floresta. Abril de 2005.



© 7ª Convenção Nacional Ecológica. Junho de 1996.



© I encontro de Professores ecologistas. Aveiro, Abril de 2000.

Os debates Agir Local, mais virados para a ação dos Verdes com as comunidades locais, com os movimentos e organizações de gentes ligadas aos problemas concretos, tem aprofundado esta relação, com enriquecimento muito vantajoso para a intervenção dos autarcas ecologistas. Com efeito, também a ação dos eleitos locais do PEV tem encontrado aqui espaço de convergência, de debate e de aprofundamento do Poder Local e desenvolvimento autárquico.

A consolidação do pensamento ecologista e o contínuo melhoramento da capacidade de intervenção dos dirigentes e ativistas dos Verdes, para além de estar subjacente em todas as iniciativas por nós promovidas, foi também objeto de uma Ação de Formação, promovida em Fevereiro de 2011, e que veio também responder a um anseio dos membros do PEV, aliás expresso em Convenção, sendo certamente um formato a repetir pelo sucesso que constituiu entre os ecologistas participantes.



© III Encontro de Professores Ecologistas. Constância, Junho de 2007.

A Ecolojovem



© Acampamento Ecolojovem 2012

” Apesar de a organização os Verdes ser informal, não se estabelecendo uma fronteira rigorosa entre os seus diversos espaços e formas de intervenção, foi nascendo, em 1989, a Ecolojovem - a organização de juventude do PEV.



© Acampamento nas dunas de S. Jacinto. Aveiro, Outubro de 2000.



© Descida do Tejo. 1994.



A Ecolojovem tem desenvolvido uma ação permanente e concertada junto da população mais jovem, muito desperta para as questões da ecologia e do equilíbrio ambiental da Terra. Tem promovido, de uma forma muito própria, e envolvendo membros de várias regiões, a discussão de temas que afetam os jovens, sendo um espaço de diálogo, de reflexão, de convívio e de ação, atuando com base no programa e nos objetivos do Partido.

Enquanto estrutura juvenil participa ativamente noutras plataformas de juventude, designadamente no Conselho Nacional de Juventude. Também o relacionamento internacional com outras organizações de juventude, quer através da Federação de Jovens Verdes Europeus (FYEG), quer dos encontros internacionais de juventude, tem ampliado em larga escala a atividade da Ecolojovem.

A realização de espaços de convívio e de debate é regular, mas atinge um dos seus pontos mais altos com a organização regular dos acampamentos da Ecolojovem. Nos últimos anos estes acampamentos têm tomado expressão anual, realizando-se no Verão em diferentes regiões do país e debruçando-se sobre várias temáticas.

Os encontros, debates e tertúlias têm fortalecido a Ecolojovem, sendo também uma forma de divulgação, de informação, de consolidação e de reforço do projeto ecologista. Estas ações têm aproximado a Ecolojovem dos jovens, auscultando os seus problemas, cada vez mais agudizados pela atual situação do país, e na constante procura de soluções. Nas escolas também a presença da Ecolojovem tem sido constante em divulgar, alertar e sensibilizar para as questões ambientais.

© Ecolojovem faz pinturas murais em defesa das gravuras de Foz Côa. Março de 1995.



© Ação de rua em torno das Alterações Climáticas, em conjunto com Jovens Verdes Europeus. Lisboa, Setembro de 2007.



© 20º Aniversário da Ecolojovem. Fevereiro de 2009.



© Reunião da Ecolojovem em Viseu. Julho de 2011.



© Encontro Nacional de juventude. Julho de 2009.

Plataformas Verdes Internacionais

” Fundamentalmente desde 1987 os Verdes têm unido esforços e partilhado experiências com partidos verdes da Europa e do Mundo.

Desde a sua adesão à família de partidos verdes europeus, o PEV tem participado em encontros, reuniões, promovido ações, campanhas ou tomadas de posição conjuntas. Os Verdes têm trocado intensamente informações, opiniões e experiências com os seus congéneres além fronteiras, o que tem permitido alargar a intervenção ao nível internacional. O PEV integrou a direção da Coordenadora dos Partidos Verdes Europeus que posteriormente se transformou em Federação e posteriormente em Partido Verde Europeu. Os Verdes portugueses não só têm contribuído com a sua experiência e trabalho para o enriquecimento desta família, como deram corpo e expressão nacional a muitas das campanhas desenvolvidas coletivamente.



© Congresso dos Verdes Europeus.
Bruxelas, Março de 2009.



© Fórum Social de Sevilha. Junho de 2002.

Esta intensa cooperação tem sido visível na participação das reuniões do Conselho dos Verdes Europeus, na participação e na organização de reuniões, encontros e iniciativas com Verdes de outros países, nomeadamente do mediterrâneo, ou com o Grupo Verde no Parlamento Europeu e os seus deputados.

A um nível mais abrangente, integramos os Global Greens, plataforma que reúne com Verdes de todo o mundo. Ao nível internacional o PEV mantém um relacionamento bilateral privilegiado com os partidos Verdes da Europa, mas também dos países de língua portuguesa.

O surgimento dos Fóruns Sociais promovidos por movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e cidadãos, ao nível internacional, contaram com o envolvimento, participação e dinamização por parte do PEV que marcou presença desde 2002 nos Fóruns Europeus, Mundiais e Nacionais. Desde Sevilha a Porto Alegre, passando por Florença, Paris, Londres, Porto Alegre, Caracas, Mumbai, Nairobi e no nosso país, em Lisboa e em Almada, os Verdes deram o seu contributo na procura de respostas e alternativas para uma sociedade mais justa e mais participada.



© Encontro de Verdes Internacional
em São Paulo, Brasil, Maio de 2008.



© Fórum Social Europeu, Londres, Outubro de 2004.



© Conselho dos Verdes Europeus em Kíev,
Ucrânia, Novembro de 2005.



© Encontro de Verdes Internacional
em São Paulo, Brasil, Maio de 2008.

Um mundo de PAZ

” Um mundo de paz é um objetivo imperioso dos projetos pacifistas, onde o PEV se integra. É por isso que condenamos todas as formas de violência e apelamos à resolução pacífica de conflitos, certos que em pleno século XXI a humanidade tinha condições de ter maturidade para a sua própria salvaguarda.



© Iniciativa mulheres contra a Guerra, promovida pelos Verdes. Setúbal em 2003.



© Manifestação de protesto contra a Cimeira da NATO em Lisboa, Novembro de 2010.



© Manifestação Contra a Guerra e Invasão do Iraque. Fevereiro de 2003.



© Lançamento de Balões Brancos Pela Paz. Lisboa 1998.



© Ação de Protesto contra a Presença de um porta-aviões nuclear no estuário do Tejo. 2002.

Por isso os Verdes sempre têm defendido a dissolução da NATO, organização manifestamente bélica e promotora de conflitos. Por isso também nos indignamos, e expressamos continuamente essa nossa indignação, com a invasão do Iraque e com toda a maquiavélica história de existência, nesse território, de armas de destruição em massa, que segundo Bush, Blair, Aznar e Durão Barroso na famosa cimeira das Lajes, seria o motivo de promoção daquela guerra. A ação militar seria sempre condenável, mas a prova da inexistência de armas de destruição em massa demonstrou a perigosa insustentabilidade de mentes bélicas e de projetos que não olham a meios para atingir os seus fins.

Condenamos o que aconteceu em Nova Iorque em 11 de Setembro de 2001, como condenamos também a guerra no Afeganistão e tantas outras que em nome de interesses do poder económico e militar matam cegamente. É, de resto, pretensão do PEV a exigência da saída de tropas portuguesas do Afeganistão e do Kosovo.

A luta pela autodeterminação e independência dos povos é um marco de intervenção do PEV. É esse impulso de paz e de respeito pelos povos que nos levou a envolver-nos empenhadamente na luta pela independência de Timor Leste, ou que nos motiva a empenhar-nos fortemente pela existência do Estado da Palestina e pela autodeterminação do povo do Sahara Ocidental.

Com este propósito, e tendo em conta a importância de ações alargadas e abrangentes para tornar a voz coletiva mais forte, o PEV tem aderido e subscrito muitas das iniciativas do Conselho Português para a Paz e Cooperação que vão justamente no sentido do respeito pela autodeterminação dos povos deste mundo.

Na Vanguarda da LUTA

”

O Partido Ecologista Os Verdes tem estado, ao longo destes 30 anos, na vanguarda da luta e na defesa de um modelo sustentável de sociedade que dignifique a vida, por via de uma organização económica e social que gere justiça, igualdade e liberdade e por via de um profundo respeito pela Natureza que nos faz emergir e nos suporta em todas as dimensões da vida.

O modelo dominante, sustentado num capitalismo que se revela inequivocamente atroz, falido na emergência de equilíbrios sociais, económicos e ambientais, é um modelo que não serve as sociedades. A crise, não apenas económico-financeira, mas também de sistema, é bem exemplo disso. Portugal está mergulhado numa profunda recessão e numa delapidação social brutal, fruto de uma política sustentada numa austeridade medonha que para salvaguardar os interesses do sistema financeiro, promove os mais graves assaltos fiscais e salariais aos trabalhadores e renega ao povo as mais vitais funções sociais do Estado. Por isso, o PEV fez diretamente o apelo para rasgar o acordo com a Troika, para rasgar esta austeridade, apelo que ecoou no auditório onde se realizou a 12ª Convenção do PEV.

Portugal precisa de renegociar a sua dívida, nos seus montantes, prazos e juros, e percorrer um plano de pagamento que se compatibilize com a nossa capacidade de gerar riqueza. Para ganhar essa capacidade de gerar riqueza, o país precisa urgentemente de redinamizar a sua atividade produtiva e de redinamizar o mercado interno para o que a valorização salarial e das pensões é um pressuposto vital. Esta é a forma de gerar empregos e de combater um aumento do desemprego sem precedentes no país. Portugal precisa de gerir também adequadamente os seus bens naturais, de modo a gerar qualidade de vida e a potenciar o uso racional e ambientalmente sustentável de todo um património natural que permite a qualidade da nossa oferta e da nossa produção de qualidade. Potenciar o que temos de específico e de melhor, salvaguardando a nossa biodiversidade... porque, afinal, «em tudo, como na Natureza, a riqueza está na diversidade». Este foi um lema adotado pelos Verdes e moldado e adaptado a tantos setores.

Trabalhar para o bem comum, trabalhar com as populações, trabalhar com determinação, motivados pela nossa razão. Hoje não há como negar: o PEV é uma voz ativa e necessária no país. Fortalecer a intervenção ecologista é pôr o país a ganhar.



© Ação em defesa do Litoral. Porto, Maio de 1999.



© Debate Por Uma Sociedade Inclusa, promovido pelo PEV. Moita, Novembro de 2008.

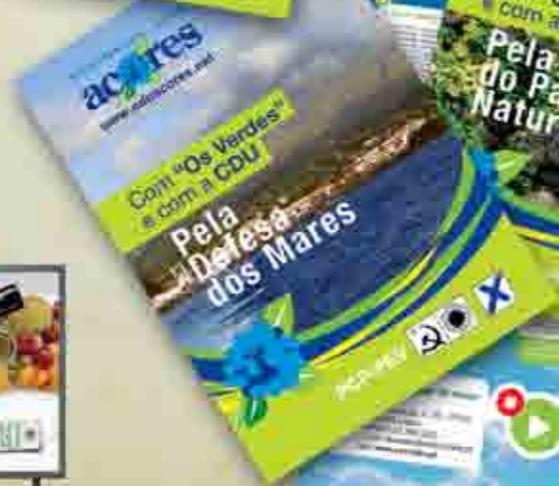
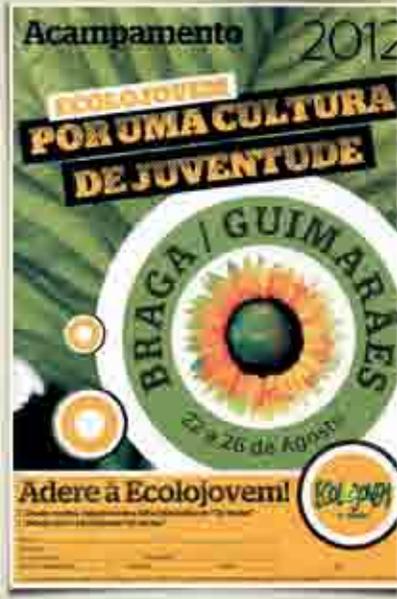
INCÊNDIOS
MAIS PREVENÇÃO
MELHOR COMBATE



Semeie esta ideia,
cultive o país,
colha soberania.



<http://ecolojovem.blogspot.com>
ECOJOVEM
22 ANOS



À MESA
COM PRODUÇÃO
PORTUGUESA



Cronologia Seleccionada



© Debate sobre SIDA. Dezembro de 1993.



1982

- 15 de Dezembro. Regista-se no Tribunal Constitucional o Movimento Ecologista Português – Partido “Os Verdes”. Adopta como símbolo o sol estilizado.



1983

- Eleição do primeiro deputado verde à Assembleia da República, nas listas da APU, como independente.

1985

- 1ª Convenção Nacional Ecológica. «Basta de Cinzento! O Lugar ao Verde».



1986

- 2ª Convenção Nacional Ecológica, sob o lema “Amar Verde, Pensar Futuro”. Os Verdes aprovam o seu programa, adotam o malmequer como símbolo oficial e mudam o nome para Partido Ecologista “Os Verdes”..

1987

- Eleição de dois deputados à Assembleia da República, nas listas da CDU, como candidatos do PEV. Constituição do 1º Grupo Parlamentar do PEV.
- Os Verdes aderem à Coordenadora dos Partidos Verdes Europeus (em 1993 passa a Federação e em 2004 a Partido Europeu).



1989

- Nasce a Ecolojovem-Os Verdes
- 3ª Convenção Nacional Ecológica. Os Verdes adoptam o Girassol como símbolo e a sigla PEV.
- 4ª Convenção Nacional Ecológica, centrada nas questões da CEE.
- É eleito um deputado dos Verdes para o Parlamento Europeu, na lista da CDU.

1990

- 5ª Convenção Nacional Ecológica, extraordinária para debater o papel dos Verdes na sociedade e aprovar os princípios de acção política imediata.

1991

- A Ecolojovem-Os Verdes adere à Federação dos Jovens Ecologistas Europeus.

1992

- A Ecolojovem Os Verdes integra o Conselho Nacional de Juventude.

1993

- 6ª Convenção Nacional Ecológica, com o lema: «Reciclar o Presente, Garantir o Futuro».
- Eleição do primeiro vereador Verde, em Sines, nas listas da CDU.
- A Ecolojovem-Os Verdes integra a Rede de Jovens Ecologistas do Mediterrâneo.

1996

- 7ª Convenção Nacional Ecológica, com o lema «Semear Verde, Colher Futuro».
- É editado o nº 1 do Boletim “Amar Verde” do coletivo dos Verdes do Porto.

2000

- Sai a “Folha Verde” nº 0, Boletim Informativo do PEV.
- É lançada a página da internet dos Verdes.
- 8ª Convenção Nacional Ecológica, com o lema «Futuro, Verde que te Quero Verde».

2003

- 9ª Convenção Nacional Ecológica, com o lema «Agir Com Os Verdes».

2006

- 10ª Convenção Nacional Ecológica, com o lema «Lugar ao Verde, Hoje e Sempre». Alteração estatutária do nome da Convenção Nacional Ecológica para Convenção do Partido Ecologista “Os Verdes”.
- Sai o primeiro número do boletim digital do PEV, “Contacto Verde”.

2008

- Sai o “Eco-boletim” n.º 0, publicação informativa da Ecolojovem.

2009

- 11ª Convenção do PEV, com o lema «Com Os Verdes Construir a Mudança».
- Os Verdes editam, em conjunto com a banda de rock “Revolta”, o CD «Nuclear Não Obrigado».

2012

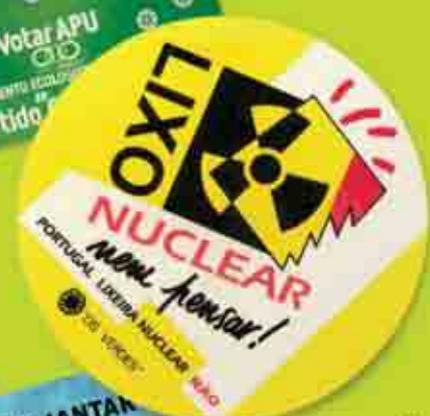
- 12ª Convenção do PEV, com o lema «Da Indignação à Acção, Os Verdes uma Força de Esperança, uma Força de Mudança».
- Os Verdes editam o CD «Canto Verde», da autoria de Samuel o Cantigueiro.
- 15 de Dezembro. Os Verdes assinalam 30 anos.



OS VERDES
PARLAMENTO EUROPEU



regularizar as linhas
possível
ajustando os horários
serviços às necessidades
das populações.



EM DEFESA DAS LINHAS FERREAS DO CORCO, DO TUA E DO TAMEGA.



www.osverdes.pt

